

CARTAS COMO EXPRESSÕES DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Fátima Lobato **Fernandes** – ProPed-UERJ

Agência Financiadora: CAPES

Resumo

Este trabalho apresenta alguns achados de minha pesquisa de doutorado, quando tive como objeto de estudo cartas escritas por cidadãos brasileiros que enviaram ideias para subsidiar a formulação da Constituição brasileira promulgada em outubro de 1988. As cartas selecionadas possuem indícios de que seus autores não concluíram o ensino fundamental, são todas documentos manuscritos, componentes de um largo acervo documental, hoje parte do fundo patrimonial do Museu da República. Mais do que exercício de cidadania, a abordagem e interpretação que fiz das escritas epistolares mostraram também que os sujeitos tinham conhecimentos que talvez ignorassem, e que independiam de conhecimentos *formais* para expressarem outros sentidos de cidadania, afirmando direitos tantas vezes negados. Esse reconhecimento levou-me à *certeza* de que estava diante de práticas sociais em que a noção de *justiça cognitiva* podia ser identificada, pelo fato de as pessoas, fora do espaço do conhecimento formal, revelarem outros conhecimentos indispensáveis ao exercício da cidadania, demonstrando a condição de iguais a pessoas escolarizadas em espaços formais.

Palavras-chave: educação de jovens e adultos; cidadania; participação social; justiça cognitiva.

CARTAS COMO EXPRESSÕES DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta alguns achados de minha pesquisa de doutorado, quando tive como objeto de estudo cartas escritas por cidadãos brasileiros que enviaram ideias para subsidiar a formulação da Constituição brasileira promulgada em outubro de 1988. O interesse pelo tema deu-se a partir da informação de que o Museu da República, no Rio de Janeiro, organizara programação alusiva aos 20 anos de promulgação da Constituição, entre outubro de 2010 e outubro de 2009, e em meio a várias atividades, havia uma exposição com cartas escritas pela população, em geral, com reivindicações e sugestões aos Constituintes.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco, porque naquele momento fazia-se a possibilidade de uma nova história política brasileira, após um longo tempo de ditadura militar, que silenciara vozes que lutaram por uma sociedade mais justa para todos. Passaram-se, desde então, mais de 21 anos e, portanto, já existia uma geração de eleitores no Brasil que só conhecia esse tempo histórico pelos livros, por registros midiáticos e por histórias contadas por pessoas de seu convívio social. Provavelmente, o conhecimento desses registros em cartas toca de forma muito diferente aos jovens da atualidade que não viveram esse tempo, como tocou a mim, também jovem à época.

O material em referência — cartas — extrapola o que poderia conter de sugestões ao texto constitucional, e guarda registros, nas linhas, de histórias de vida, pelos traços no papel, pela forma de escrita, que se oferecem ao pesquisador como "descobertas" de ricas trajetórias dos cidadãos autores dessas cartas. As cartas selecionadas são todas documentos manuscritos, componentes de um largo acervo documental, que apresenta indícios do tempo e do espaço em que foram produzidas. Por isso, parti do pressuposto de que o trabalho científico, como o que realizei, deveria levar em conta que:

Nós seres humanos somos seres multidimensionais em nossos desejos, em nossos interesses e em nossos prazeres e, devido a isto, realizamos em nosso viver cotidiano muitos tipos de seres através de diferentes conversações que se intersectam em nossos corpos, cada uma fundada numa emoção particular. Por isso, como cientistas, estamos sob a paixão de explicar, e toda dúvida, toda pergunta é em nós, em princípio, uma ocasião bem vinda e desejada para nossa realização enquanto tais. Além disso, enquanto cientistas somos também, pelo menos em princípio, cuidadosos para não confundirmos domínios experienciais ou fenomênicos em nossas proposições explicativas ao validarmos-las com o critério de validação das explicações científicas. Finalmente, enquanto cientistas nos comprometemos a usar apenas o critério de validação das explicações científicas em nosso explicar. (MATURANA, 2001, p. 138).

A multiplicidade de sujeitos que habita cada um de nós, movidos por desejos, necessidades, tocados pelo afeto, está também implicada com os contextos social / político / cultural / econômico em que estamos inseridos. Orientada por Maturana (2001), escolhi um caminho a percorrer capaz de visibilizar compreensões conceituais e práticas no cotidiano — as multidimensionalidades —, bem como contradições percebidas nos contextos em que as práticas se dão, próprias do fazer humano.

Ao inserir a pesquisa na temática sobre pluralidade de conhecimentos/saberes que circulam socialmente, como estes traduzidos em cartas, parti do pressuposto de ser essa produção um processo de participação política, de produção de cidadania, quando se

autoproduzem como cidadãos, pela escrita. Mais do que exercício de cidadania, as escritas epistolares mostraram também que os sujeitos tinham conhecimentos que talvez ignorassem, e que independiam de conhecimentos *formais* para expressarem outros sentidos de cidadania, afirmando direitos tantas vezes negados. Admiti, portanto, que conhecimento formal não era condição para o exercício da cidadania, e que o reconhecimento de outros conhecimentos para além dos formais da cultura escrita, representados pelo modo como escreviam, permitia reconhecer politicamente sujeitos de direito, fora do espaço requerido como legítimo pela educação formal. Esse reconhecimento levou-me à *certeza* de que estava diante de práticas sociais em que a noção de *justiça cognitiva* podia ser identificada, pelo fato de as pessoas, fora do espaço do conhecimento formal, revelarem outros conhecimentos indispensáveis ao exercício da cidadania, demonstrando a condição de iguais a pessoas escolarizadas em espaços formais. Para tratar da noção de *justiça cognitiva*, que leva à *justiça social*, valho-me de Boaventura de Sousa Santos (2010).

Os documentos que tomei como objeto de estudo — as cartas — fazem parte do acervo que inicialmente pertencia à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (CEC), criada em 18 jul. 1985, que encerrou os trabalhos em 18 set. 1986. Em seguida, criou-se o Centro Pró-Memória da Constituinte (CPMC, 1986-1988), ambas instituições designadas pela Presidência da República. A CEC, posteriormente CPMC, uma comissão de notáveis sob a presidência de Afonso Arinos¹ e de mais 49 membros, tinha como finalidade elaborar um anteprojeto de Constituição, incorporando sugestões que refletissem aspirações dos diversos segmentos da sociedade.

No acervo existem documentos de iniciativa dos parlamentares e da sociedade civil, propostas individuais e coletivas, estabelecendo ligação entre as duas instâncias políticas. O acervo está composto por 5.245 documentos; destes, 3068 cartas escritas individualmente, das quais 747 escritas a mão e 54 apresentando indícios de que seus autores não concluíram o ensino fundamental. Destas, selecionei cinco cartas para o estudo desenvolvido. Neste trabalho apresento a leitura de uma dessas cinco cartas. Minha opção de escolha das cartas não se baseou em dados estatísticos, mas a partir de aspectos qualitativos, como: apresentação de pluralidade de ideias; diversidade de escritores; valorização da fala de representantes de trabalhadores brasileiros que não concluíram o ensino fundamental.

¹ Afonso Arinos, no momento da instalação da CEC, em julho de 1985, não era senador, sendo eleito para este cargo em 1986, e continuado na presidência quando se instituiu a CPMC, não mais como jurista, mas como membro da Assembleia Nacional Constituinte, no exercício de 1987-1988.

Guiei-me, assim, para tratar os sujeitos no contexto da cotidianidade que os levou à escrita de cartas em momento de estímulo à participação popular, o que exigiu de mim, como pesquisadora:

[...] pensar os cotidianos e erguê-los à condição de espaçotempos privilegiados de produção da existência e dos conhecimentos, crenças e valores que a ele dão sentido e direção, considerando-o de modo complexo e composto de elementos sempre e necessariamente articulados, [o que] implica em não poder dissociar as metodologias em si das situações estudadas por seu intermédio. (OLIVEIRA, 2010, p. 51).

O estudo feito a partir de documentos escritos fez, ainda, necessária, minha incursão nos estudos de *história* e *memória*, para que pudesse definir a condução das leituras dos achados no conjunto material. Le Goff (1990, p. 426) guiou-me neste processo, ao afirmar que:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, [...] que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

O sentido que atribuí a “documento” na pesquisa, foi-me dado por Foucault e Le Goff (1990, p. 10), quando alertam que este “não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é um monumento”. Monumento, então, seria “obra, [...] grandiosa, construída com a finalidade de perpetuar a memória de pessoa ou acontecimento relevante na história de uma comunidade, nação”. (LE GOFF, 1990, p10)

Como *monumento*, as cartas representam:

A memória coletiva [que] é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1990, p. 476)

Guiada por esta ideia, vi nas cartas instrumentos históricos que agregam valor à memória da sociedade brasileira. Sobre memória, Le Goff (1990, p. 477) afirma:

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. Portanto, cabe, com efeito, aos profissionais científicos da

memória, [...] fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica.

As cartas, a escrita epistolar, como *documentos*, constituem o *corpus* da pesquisa. Por se tratar de uma escrita em estreita conexão com os roteiros de cada indivíduo, a comunicação epistolar representa uma das manifestações mais evidentes de escritura subjetiva e existencial (GÓMEZ, 2002, p. 18). As palavras tomam significados singulares a partir de cada sujeito-autor da escrita, registram as memórias e os aspectos sociais de uma época, fornecendo informações sobre determinado assunto para estudos sócio-históricos.

Os estudos de Mignot (2002) aproximaram-me de autores que se valem da escrita epistolar como fonte de pesquisa; e os de Kalman (2010), utilizando cartas que a população escrevia a uma imagem de Santo Antônio em um bar de periferia no México, levaram-me a conhecimentos produzidos e crenças de jovens e adultos, pautando-me quanto ao uso do acervo, como fonte de pesquisa.

Encontrei na noção de *micropolítica*, de Guattari (*apud* ALVES, BERINO, SOARES, 2011, p. 3), um outro aporte teórico fértil para conduzir a leitura das cartas, pois segundo o autor, as micropolíticas significam “movimentos minúsculos [...] forjados em meio às práticas cotidianas, levando a que nelas se pensem saídas, propostas, outras ações, conhecimentos e significações”.

A leitura que fiz das cartas partiu do pressuposto de que todo sujeito é político, porque pensa, cria estratégias para a sobrevivência e, no contexto em que as pessoas escreveram as cartas, demonstraram, por esse gesto, que compreendem a importância de participar da vida política para a transformação da sociedade.

Com Certeau (1994, p. 85), mantive-me alerta para saber que:

[...] uma formalidade das práticas cotidianas vem à tona nessas histórias, que invertem frequentemente as relações de força e, como as histórias de milagres, garantem ao oprimido a vitória num espaço maravilhoso, utópico. Este espaço protege as armas do fraco contra a realidade da ordem estabelecida. Oculta-as também às categorias sociais que “fazem história”, pois a dominam. [...] essas histórias “maravilhosas” oferecem a seu público [...] um possível de táticas disponíveis no futuro.

Como estudiosa no campo da educação de jovens e adultos, vi nas cartas, na escrita dos sujeitos, potências, que de acordo com Maffesoli (2011, p. 17) “é exatamente o que constitui o elemento básico da vida em comum. É a cultura fundamental, o lençol freático que

permite a existência da fauna e da flora, em suma, da vida”. Vi no material o significado de saber ler e escrever na contemporaneidade - instrumento fundamental aos possíveis deslocamentos necessários à vida e à forja indispensável à modelagem de um direito humano.

A leitura das cartas, de forma responsável, foi feita de um ponto de vista distante, por um sujeito externo, mediado pelo tempo e o espaço, o que certamente diferencia a forma da escrita, o suporte usado, e os significados da visão de mundo desses autores. Compreendo que não há uma leitura única dos enunciados das cartas, e apresento neste trabalho a tradução de uma das inúmeras possibilidades de leitura, porque “Nenhum enunciado em geral pode ser atribuído apenas ao locutor: ele é produto da interação dos interlocutores e, num sentido mais amplo, o produto de toda esta situação social complexa, em que ele surge” (Bakhtin *In* Todorov, 1981, p. 50, Brait).

Santos (2010) contribuiu, então, com fios que conduziram à tessitura de uma rede que se enlaçou a novos paradigmas do pensamento científico, denominado pelo autor como ciência pós-moderna. Encontrei, assim, os fios mais resistentes para compreender determinados fenômenos da sociedade contemporânea:

Toda a experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias. [...] Não há, pois, conhecimento sem práticas e atores sociais. E como uma e outros não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias. (SANTOS, 2010, p. 15).

Santos (2010) orientou-me, ainda, a buscar a origem de diferentes práticas educativas na sociedade contemporânea, levando em conta o tempo histórico e as relações sociais, que são culturais, políticas, econômicas e afetivas.

Foi com esse espírito, e com essa disposição, que me debrucei sobre as cartas, pelo que podiam revelar quanto aos sentidos atribuídos à participação política; às subjetividades que expressavam, em última instância; às utopias que alimentavam a vida e o desejo de ser mais, pelas experiências em que se aprende cotidianamente, no incondicional inacabamento humano, como alerta Freire (1980).

2. LENDO AS CARTAS

As cartas deste acervo são guardiães de um processo histórico de participação política experienciado pelo povo brasileiro. Uma questão, logo de início, se constituía como hipótese: pelas cartas sabia da existência de pessoas que acreditavam nessa forma de intervenção no

texto constitucional e, por elas, traduziam suas carências, necessidades — direitos negados/interditados —, sonhos e utopias, escreviam diretamente endereçando-as aos políticos e à CPMC a fim de participar do processo em curso.

As cartas selecionadas expunham ideias, conhecimentos e desejos de *praticantes* da vida cotidiana que usaram — a seu modo — o instrumento *carta* para sugerir temas a uma “lei”, com a expectativa de participar de espaços historicamente não autorizados para todos. *Praticantes* da vida cotidiana são, neste estudo, todos os que ousaram participar desse processo enviando ideias.

As cartas também apresentavam aspectos ligados a direitos políticos e sociais assim como da esfera privada dos indivíduos, e o escrito — e seus sentidos — puderam assumir o lugar de *práticas sociais emancipatórias*. Considero *práticas emancipatórias* aquelas pelas quais sujeitos criam modos de pensar, agir, ultrapassando barreiras sociais impostas, apresentando ideias, participando politicamente. Assim, considerando, lancei mão de referenciais teórico metodológicos que privilegiaram o reconhecimento e valorização da pluralidade de saberes presentes nas experiências de participação política dos sujeitos, segundo concepções de homens/cidadania e mundo/sociedade/democracia.

Reconheço as cartas como documentos históricos, porque segundo Acosta (*apud* ROSSI, 2010, p. 65): "A memória das histórias e antiguidades pode permanecer entre os homens de três maneiras: por cartas e escritos, como usam latinos, gregos, hebreus e muitas outras nações, ou por pintura, como se usa quase no mundo inteiro.)".

Punha-me, assim, diante de documentos escritos por pessoas de diferentes níveis de escolaridade ou de formação não escolar, mas possuidoras de conhecimentos advindos de experiências de vida que as levaram a usufruir do direito cidadão democrático de intervenção sobre a ação do Estado. Reconhecia nelas o que Gómez (2002, p. 16) denominara de *mediação e reconhecimento de autoridade nos sujeitos proponentes*. Em consequência de um diálogo primeiro com Gómez, “encontrei” com Bakhtin (2011, p. 23), nessas cartas, conhecimentos sociais, políticos, desta forma produzindo:

O excedente de visão [que] é o broto em que repousa a forma e de onde ela desabrocha como uma flor. Mas para que esse broto efetivamente desabroche na flor da forma concludente, urge que o excedente de minha visão complete o horizonte do outro indivíduo contemplado sem perder a originalidade deste. Eu devo entrar em empatia com esse outro indivíduo, ver axiologicamente o mundo de dentro dele tal qual ele o vê, colocar-me no lugar dele e, depois de ter retornado ao meu lugar, contemplar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora dele,

convertê-lo, criar para ele um ambiente concludente a partir desse excedente da minha visão, do meu conhecimento, da minha vontade e do meu sentimento.

A leitura que fiz das cartas explorou proposições, sugestões de leis ou de temas que pautariam prioridades na Carta Magna. Mais do que isto, fixei-me no que podiam representar como instrumentos de *participação cidadã*, de produção de subjetividades democráticas, trazendo, por meio da escrita, vozes que possibilitaram supor que a democracia é um processo a ser vivido, conquistado, e que, portanto, nunca está pronto, acabado. As cartas representam, ainda hoje, a utopia, a possibilidade de ruptura com um processo histórico da sociedade brasileira que perdurou de 31 mar. 1964 a 1985. Minha posição analítica, de acordo com Maffesoli (2011, p. 74), foi de “proceder à descrição, à apresentação, antes de qualquer representação judicativa”.

Via nas cartas conhecimentos adquiridos a partir de perspectivas de vida, desejos, crenças, não pelo viés do que essas pessoas não sabiam, mas buscava o que sabiam expressar (e que fizeram nas cartas) nas formas escritas que traduziram demandas/sugestões à Constituição. Com isso, o que sabiam dialogava com um processo político, mesmo partindo de um lugar de pouca ou nenhuma escolarização.

Ao agirem dessa forma, demonstravam, para mim, o lugar cidadão de exercício da participação política, o que me ajudou a ampliar a compreensão desse uso *cidadão* das cartas, por entender o significado dessa *cidadania* como Martins (2000, p. 135):

[...] eram acima de tudo crítica a uma sociedade que não reconhece nos pobres, nos trabalhadores, nos imigrantes e migrantes, enfim, nos homens simples, a condição de protagonistas da História, com o direito claro de reivindicar nela lugar e reconhecimento e sobretudo, participação na definição de seus rumos.

A *ecologia de saberes*, para Santos (2010), é o reconhecimento da interdependência entre os diferentes saberes na sociedade. Ao reconhecer esta interdependência, pressupõe não uma hierarquia entre conhecimentos, mas relações entre eles, o que produz, dessa forma, a *justiça cognitiva*, entendendo-a como condição para a *justiça social*. Ou seja, o reconhecimento da validade dos diferentes saberes, em relação horizontalizada entre eles, admite que alguns sabem alguma coisa e outros sabem outras. Para Santos (2010, p. 157), “Na ecologia dos saberes cruzam-se conhecimentos e, portanto, também ignorâncias. Como não há ignorância em geral, as ignorâncias são tão heterogêneas autônomas e interdependentes

quantos os saberes”. Rompe-se assim, com a lógica da monocultura² do saber e do rigor científico, reconhecendo outros saberes e outros critérios de rigor constituídos em práticas sociais. A *ecologia dos saberes* tem o objetivo de instituir um novo tipo de relacionamento entre o saber científico e outras formas de conhecimento.

Como o conhecimento científico não está distribuído socialmente de forma equitativa, as intervenções no real que privilegia tendem a ser aquelas que fornecem os grupos sociais que detêm o acesso ao conhecimento científico [...] A injustiça social assenta na injustiça cognitiva. A ecologia dos saberes é a epistemologia da luta contra a injustiça cognitiva. (SANTOS, 2010, P.157)

Reconhecia nas cartas saberes produzidos pelos sujeitos, sem dicotomizá-los como certo/errado, não atribuindo assim juízo de valor às ideias ali expostas; que o conhecimento é aquele que faz o sujeito ultrapassar os desafios do cotidiano; e que a presença nos textos de uma autobiografia situava os sujeitos em um *tempolugar*, possibilitando dimensionar suas superações frente ao mundo letrado e à existência de outras explicações não científicas da realidade, mas realizadas a partir do lugar ocupado pelos diferentes sujeitos.

² O significado de monocultura adotado foi desenvolvido por Santos (2004) na obra *Semear outras soluções*.

ALINAS 04 06 87
 ILMO SRS AUTORIDADES,
 É UMA GRANDE HONRA PODER COMUNICA-LOS
 CONTIGO.
 ESPERO QUE ESTA ãO DE ENCONTRAR
 TODDE EM PLENA FELICIDADE,
 SOY UM PAI DE FAMÍLIA, SOY DE IDADE,
 SOY TRABALHADOR E MUITO ONESTO.
 ESTOU LHE ESCRREVENDO ESTA CARTA, PARA
 FAZÊ LOS UM APELO,
 E ESPERO QUE VOLES ESTEJAM EM DISPOSIÇÃO
 PARA MIM AJUDAR.
 AQUI ONDE MORO, EU TRABALHEI VÁRIOS
 ANOS EM UMA FAZENDA, E OS MEUS
 PATRÕES IMPLICARAM COMIGO, E MIM MANDDU
 EMBORA INJUSTAMENTE.
 NUNCA FIZ NADA DE ERRADO, E ELAS
 RECLUSAM A PAGAR OS MEUS DIREITOS.
 JÁ FAZ MAIS DE UM ANO QUE EU VENHO
 TENTANDO RESOLVER NO SINDICATO DAQUI,
 MAIS AQUI NÃO TEM JEITO, O SINDICATO ESTÁ
 MIM ENROLANDO, POIS AQUI QUEM MANDA É
 QUEM TEM DINHEIRO. AQUI A LEI É DO MAIS FO
 FAÇO UM APELO A VOLES, QUE MIM AJUDE,
 POIS SOY POBRE, E PRECIZO TRABALHAR PRA
 SUSTENTAR MEUS FILHOS.
 EU NÃO TENHO CONDIÇÕES DE IR ATÉ AÍ,
 MAS TENHO ESPERANÇA DE RECEBER SUAS AJUDA
 A MINHA ÚNICA ESPERANÇA É VOLES.
 POIS AQUI AINDA EXISTE O CORONELISMO, SE
 VOLES NÃO ABIREM, OS POBRES VÃO MORRER DE
 FOME, E OS RICOS CADA VÊZ MAIS RICOS.
 QUERO SABER O QUE VOLES PODE FAZÊ POR MIM.
 OBRIGADO

Figura 1: carta exemplo

De acordo com Chauí (apud BOSI, 1994, p. 21), o que é ler se não aprender a pensar na esteira deixada pelo pensamento do outro? Ler é retomar a reflexão de outrem como matéria-prima para o trabalho de nossa própria reflexão, e por isso conduzi a leitura das cartas dando voz aos sujeitos e a dignidade que merecem, fazendo real a ideia de que a leitura exige trabalho para compreender e refazer o percurso interpretativo.

Alguns elementos constitutivos desta carta davam a dimensão sobre as condições de vida deste trabalhador rural.

A situação vital do sofredor, efetivamente vivenciada de dentro, pode me motivar para um ato ético: para a ajuda, a consolação, uma reflexão cognitiva, mas de qualquer modo a compenetração deve ser seguida de um retorno a mim mesmo, ao meu lugar fora do sofredor, e só deste lugar o material da compenetração pode ser assimilado em termos éticos, cognitivos ou estéticos; se não houvesse esse retorno, ocorreria o fenômeno patológico do vivenciamento do sofrimento alheio... [...] (BAKHTIN, 2011, p. 24).

Encontrei na escrita da carta motivações para ler e pensar no próprio ato da escrita do autor, que trazem no corpo de seu texto análises de conjunturas sociais, políticas, econômicas e culturais de um ponto de vista singular, próprio de suas experiências, precisas. O sentimento que me desperta, pela narrativa desse outro, não pode deixar que eu perca o ponto de equilíbrio, o meu lugar fora do sofredor ao elaborar minhas compreensões e ao penetrar no íntimo do autor para, num ato ético, dar a forma estética que esse trabalho exige.

Nesta carta, o autor inicia com uma saudação, demonstrando que reconhece a formalidade que exige a comunicação com pessoas que ocupam cargos altos de acordo com a hierarquia social. Apresenta-se e, orgulhosamente, diz que é pai de família e honesto. Logo em seguida nos dá a dimensão de sua situação de desempregado, sem ter carteira de trabalho assinada, e de seu espaço/lugar de atuação, como trabalhador rural. A finalidade de sua iniciativa é apelar para a sociedade política, pedindo ajuda para que seja feita uma reparação jurídica na forma injusta como foi tratado pelo patrão. Como este trabalhador não tinha vínculo trabalhista legal, o patrão não lhe pagara qualquer indenização. O trabalhador fica, assim, desamparado, inclusive pelo Estado, chegando à degradação humana, desvalorizando a sua condição de homem/pai/líder de família. Sua fala de denúncia sobre a falta de confiança no sindicato indica a suspeição que tem de quem defende mais os interesses dos donos da terra.

A potência desta voz que expressa a situação de humilhação que homens e mulheres vivem diante de seus familiares representa a multiplicidade de trabalhadores brasileiros, seja do campo ou da cidade. Esta fala denuncia a forma precária da contratação de mão de obra, principalmente para atividades do campo, ainda muito frequente na atualidade. Vários trabalhos de pesquisa³ denunciam que há muito que lutar para mudar a relação de trabalho no

3 Cf. SETÚBAL, Mariana. *Escravidão contemporânea: a permanência do trabalho escravo na agroindústria canavieira de Campos dos Goytacazes*; NOVAES, Beto. Coordenador da pesquisa *Trabalho na Agroindústria da Cana*, que denuncia a realidade dos lavradores da zona canavieira.

Brasil. Neste sentido, procuro ser coerente, comprometida com a luta por uma vida digna e justa para todos, na leitura que faço dessa escrita epistolar.

E todos esses valores que concluem a imagem dele, eu os hauri do excedente da minha visão, da minha vontade e do meu sentimento. Cumpre ter em vista que os elementos de compenetração e acabamento não se sucedem cronologicamente; insistimos na diferenciação de sentidos entre eles, embora eles estejam intimamente entrelaçados e se fundem no vivenciamento ativo. Em uma obra literária cada palavra tem em vista ambos os elementos, exerce função dupla: orienta a compenetração e lhe dá acabamento, mas esse ou aquele elemento pode predominar. (BAKHTIN, 2011, p. 25)

De acordo com Bakhtin, a palavra é um elemento que orienta a compenetração, o que o autor quer marcar, penetrando fundo no leitor, persuadindo e dando o acabamento, a forma do texto que expresse o assunto que quer comunicar. Encontro esses elementos nessa e em outras cartas. Embora o texto traga marcas de pouca escolaridade, de uso precário da escrita, revelado pela forma como se expressa, pelo seu acabamento, não faltam nele argumentos de convencimento, com os quais o autor procura sensibilizar os legisladores, a partir de suas carências na condição de vida, da necessidade de o Brasil ter leis trabalhistas que apoiem os trabalhadores rurais.

A carta está carregada de elementos que denunciam uma situação do mundo do trabalho que vem mudando muito a partir da Constituição de 1988. Resultado de lutas históricas de sindicatos, de associações, de sujeitos individuais, como o autor da carta, ou de grupos que lutam por direitos humanos. A memória individual, também coletiva, fortalece a luta pelo direito de ser reconhecido como trabalhador, lutando contra a forma de trabalho que subjuga o outro na condição de escravo na sociedade contemporânea.

Outro aspecto desta carta que destaco é a relação que belissimamente Chauí faz com memória e trabalho a partir do estudo de Bosi, reconduzindo a memória à dimensão de *trabalho* (CHAUÍ *apud* BOSI, 1994, p. 20), o que sem dúvida custou, como *trabalho*, ao autor, talvez mais do que a atividade produtiva que desempenha, e da qual foi privado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando e mergulhando na leitura das cartas, como essa apresentada, identifiquei indícios do período de abertura política e de problemas sociais que incentivaram a participação popular, como força propulsora de subjetividades democráticas.

O ponto de partida da investigação, vale lembrar, foi verificar como se davam as relações entre conhecimentos tecidos ao longo da vida e conhecimentos escolarizados,

verificando-se como experiências de vida — na sociedade em que foi negado o espaço escolar para camadas mais empobrecidas, a maioria trabalhadora que, no início dos anos 1980, não tivera oportunidade de frequentar bancos escolares no território brasileiro — produzem conhecimentos simultaneamente, e enredados muito frequentemente a conhecimentos científicos, apropriando-se de procedimentos da sociedade democrática, e conquistando espaços de participação antes negados.

A hierarquia entre conhecimentos, como historicamente produzida — e ainda na atualidade — é instrumento que discrimina, determinando o lugar que o sujeito pode ocupar na pirâmide social. Trata-se de preconceito tão arraigado culturalmente que, por exemplo, a frase “a ideia que vai nortear esta discussão” é utilizada sem se pensar no sentido atribuído à palavra nortear (derivada de Norte), cujo sentido implica remeter-se ao que vem dos continentes e países que estão “acima”⁴, no hemisfério Norte, portanto, Europa e Estados Unidos da América. Em contraposição, Paulo Freire chamava atenção ao utilizar a expressão *sulear*, cunhada pelo físico e depois antropólogo Márcio D’Oliveira Campos, no sentido de reconhecer a importância dos saberes produzidos pelas populações que vivem no Sul, em países que estão no continente da América do Sul e África, especialmente.

Sobre esse tema, Santos (2010) reuniu, no livro *Epistemologias do Sul*, artigos de pesquisadores que, por meio de seus estudos, demonstraram como processos colonizadores foram competentes na produção de subjetividades, a partir da ótica do dominador, tornando invisível o modo de vida de grupos considerados primitivos, de “pouca cultura”. No entanto, os trabalhos revelam também que, mesmo submetidos a esses processos “civilizadores”, permaneceram vínculos com raízes culturais, criando formas de resistência que proporcionaram a preservação de memórias e de histórias, resguardando identidades de gerações passadas.

O tema cidadania também tem sido historicamente muito discutido, intrinsecamente relacionado aos debates de participação política, formação humana, igualdade, ideais de democracia. Partindo do pressuposto de que a educação sempre está a serviço de uma cidadania, portanto nunca é neutra, mesmo durante os períodos de ditaduras políticas vividas no Brasil, que impossibilitaram o exercício da cidadania nas dimensões mais simples da vida

⁴ A palavra “acima” encontra-se aspeada, porque também traduz um sentido ideologizado, já que o planeta Terra, no espaço sideral, não tem acima nem abaixo, porque o universo é vasto e referências de acima e abaixo não cabem quando se trata de dimensões de distância em anos-luz, invisíveis ao olho humano.

democrática cotidiana, estava prevista a formação do “cidadão” na legislação de educação, como finalidade dos processos vivenciados no sistema educacional.

A educação como direito — seja do ponto de vista dos que lutam pela reparação histórica ou pela necessidade de uma sociedade que exige mão de obra mais qualificada e competitiva — é consenso. Porém, o que diferencia a questão é o sentido atribuído à educação, bem como os sentidos praticados e apropriados pelos sujeitos de direitos, de acordo com a necessidade e o lugar que ocupam na sociedade.

Pôde-se observar, nos escritos dessas cartas, o forte sentimento que movimentou homens e mulheres neste processo, cheios de sonhos e utopias, acreditando ser possível um outro mundo, deixando o sentido de justiça expresso nesses documentos. Cidadãos apresentaram a necessidade de um conjunto normativo de princípios que pudesse proporcionar vida digna para todos, e não continuar sendo privilégio de poucos. Denunciam supressão e negação de direitos. De acordo com Santos (2004, p. 8), “aposta-se não tanto em um mundo utópico, mas em um mundo que permita utopias.” Nestas cartas, estão expressões de homens e mulheres manifestando suas utopias como alternativas à dureza de suas vidas.

Também nessas cartas os sentidos de cidadania ativa e participativa se complementam, na medida em que, na primeira, o indivíduo deve ter atitudes que ativamente comprometam a ação do Estado e, na segunda, a participativa, à medida que os indivíduos, como sujeitos, decidam coletivamente. Este processo é complexo, porém a cidadania solidária leva o indivíduo a lutar por seus direitos, inserido num projeto social, compreendendo que sua luta faz eco, auxiliando outros sujeitos, também, no alcance de uma sociedade mais justa.

A cidadania se consolida a partir de esforços que assegurem direitos individuais e coletivos conquistados historicamente por meio de lutas, e inscritos na formalidade da lei, principalmente na Constituição de uma nação. Porém, há necessidade de uma população engajada para garantir e preservar uma sociedade justa, igualitária e livre para todos.

Por meio dessas cartas, faço emergir o ideário de uma sociedade que representa as utopias de cidadãos brasileiros. Como documentos escritos há três décadas, só me permitiram dialogar com seus autores, na escolha que fiz, pela mediação do texto. Provavelmente, esses documentos teriam outras significações, das quais até mesmo seus autores não lembrariam mais, se os abordássemos no momento atual. Esta seria outra proposta de pesquisa, e não a que me propus fazer. Entendo que essas cartas existem, são reais, mas também são *ficções*, o

que, de acordo com Certeau (2011, p. 46) revelam a criação humana, por meio da escrita, e porque produzem sentidos, por si mesmas, do *espaçolugar* cotidiano desses sujeitos.

O desejo de trabalhar com as cartas veio da possibilidade de ver como sujeitos exploraram e participaram de um momento histórico, usando cartas como forma de expressar desejos de mudança e esperanças pessoais e em um país. Ao trazer esses elementos históricos — um conjunto de cartas que representam a “memória coletiva” “de uma experiência vivida [...] por uma coletividade [tomo como] parte integrante o sentimento do passado. Recordações de acontecimentos diretamente vividos ou transmitidos pela tradição, escrita, prática ou oral” (LE GOFF, CHARTIER e REVEL, 1978, p. 451), para serem visibilizadas e não deixarem cair no esquecimento uma significativa experiência popular, e para que esta experiência favoreça a criação de outros processos democráticos.

Na exposição escrita dos missivistas, estes trançam suas histórias de vida com as sugestões para a Constituição. Nas cartas, havia muitas histórias imbricadas com situações de opressão, porém o que esses autores revelaram também foi otimismo frente ao dia a dia marcado pela luta contra adversidades, principalmente, quando escreveram essas cartas.

Entramos no século XXI com grandes tensões nas questões de ordem social, política, econômica, cultural e de relações humanas. Porém, tem sido um período fértil também pelas experiências humanas e produções teóricas, que nos possibilitam pensar à frente desse tempo.

A crise do capitalismo, do modelo de representação política, das organizações sociais e chegando ao desemprego estão presentes na vida de Norte a Sul do planeta, criando desequilíbrios e impondo novas formas de estar no mundo, levando em conta as diferenças engendradas na sociedade a partir da produção de subjetividades democráticas.

Especialmente quando se trata de temas envolvendo participação política, a curiosidade sobre o que as cartas contêm — porque escritas por pessoas simples e endereçadas a autoridades — instigam os pesquisadores. Portanto, coube-me o exercício de estar atenta ao que me sugeriram os textos escritos, ao uso feito da escrita que revelasse mais que autores, qualquer que fosse sua escolaridade: cidadãos participativos que responderam a um chamado democrático, porque apostavam na possibilidade de mais justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Nilda, BERINO, Aristóteles, SOARES, Conceição. *Como e até onde é possível pensar diferente?* Micropolíticas de currículos, poéticas, cotidianos e escolas. (Texto

produzido para trabalho encomendado do GT Currículo ANPED/2011). Natal, Rio Grande do Norte, 2011. (mimeo).

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. Lembranças de velhos. 17. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAIT, Beth. *Bakhtin in dialogismo e construção do sentido*. Campinas, UNICAMP, 1997.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica, 2011.

FREIRE, Paulo, CECCON, Claudius, OLIVEIRA, Miguel Darcy, OLIVEIRA, Rosiska. *Cuidado, escola!* São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *Pedagogia da Esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GOMEZ, Antonio Castillo. Como o polvo e o camaleão se transformam. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio, BASTOS, Maria Helena Câmara, CUNHA, Maria Teresa Santos. *Destinos das Letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

KALMAN, Judith. La corona, la cruz y el corazón», en Mercedes Niño Murcia (ed.): Santos populares en América Latina, México D. F.: Siglo XXI, 2010.

LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger e REVEL, Jacques. *A nova história*. Coimbra: Almedina, 1978.

_____. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão. [et al]. Campinas, Editora UNICAMP, 1990.

MAFFESOLI, Michel. *Quem é Michel Maffesoli: entrevistas com Christophe Bourseille/ Michel Maffesoli*; Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. Petrópolis, Rio de Janeiro: De Petrus et Alii, 2011.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MATURANA, Humberto. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Certeau e as artes de fazer: as noções, táticas e trajetórias na pesquisa em educação. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de, ALVES, Nilda. *Pesquisa nos/dos/ com os cotidianos das escolas – sobre redes e saberes*. Petrópolis: DP et Alii, 2010.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Tradução Nilson Molin. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *A gramática do tempo – para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *O Fórum Social Mundial: Manual de Uso*. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/fsm.pdf> . Acesso em 30 maio 2014.

_____; MENESES, M. P.; NUNES. J. A. 2004. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: _____. (org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento. 2004.